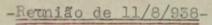
/AV.

## BOLETIM Nº. 126-3 de Setembro de 1938





A Travessa de Pinto Bessa não fornece qualquer vantagem ao trânsito público, e sendo o seu interêsse restrito a acesso das trazeiras de vários prédios cujas fachadas principais marginam a Rua do Bonfim.

Como via de escasso trânsito, tende a tornar-se foco de imun-

dícies.

Em seu requerimento nº. 340 Manuel Martins dos Reis pediu que a parte do leito da referida Travessa compreendida entre prédios do mesmo requerente fôsse desafectada e posta em hasta pública.

Ouvidos os diferentes Serviços interessados e obtido parecer do Advogado Síndico, foram apontadas as cautelas a tomar e os direi-

tos a ressalvar.

Tudo considerado proponho:

1º.-Que seja aprovado o processo de desafectação nº. 35 e consequentemente desafectada do uso público a Travessa de Pinto Bessa;

2º.-Que se aprovado o processo nº. 36, de regularização de alinhamento, na confluência da Rua do Bonfim com o Rua de Godim;

3º.-Que seja aprovado o processo nº. 616 de alienação, com precedência de hasta pública, do leito da Travessa de Pinto Bessa, na parte constante do mesmo processo sendo a base de licitação de Esc. 6.000\$00;

4º - Que essa alienação se faça com a reserva de que a Câmara poderá utilizar o subsolo do terreno alienado, para fins de utilidade municipal, designadamente colocação e manutenção de canalizações, tubagens, cabos e condutores; ....

5º.-Que ao adquirente do terreno a que se refere o nº. 3 des-ta proposta, seja imposta a obrigação de o vedar pelo menos com muro

de dois metros de altura;

6º .- Que a parte restante da Travessa de Pinto Bessa continue na posse do Município, mas ficando os proprietários, arrendatários e moradores de prédios marginantes com direito de acesso pela referida Travessa que se conservará vedada ao trânsito público, por meio de portão para a Rua de Pinto bessa, tendo cada um dos utentes uma chave para seu serviço;

7º .- Que nesse portão se apoiem e conservem as iniciais C.M.P.; 8º .- Que nenhumas obras, trabalhos ou ocupações poderão os proprietários dos prédios marginantes, arrendatários, utentes ou quaisquer outras pessoas fazer na referida Travessa sem autorização da Câ-

mara, solicitada por meio de requerimento, sob pena de demolição ou

remoção imediata, sem direito a indemnização;
9º.-Os Serviços do Município, por si ou respectivo concessionário, farão da Travessa e respectivo subsolo a utilização que fôr conveniente, sem prejuizo de acesso a que se refere o nº. 6 desta proposta.

